

Naturalidade — Tete, Moçambique;
 Nacionalidade — portuguesa;
 Bilhete de identidade n.º 7502565, emitido em 27 de Março de 2002 pelo arquivo de identificação de Lisboa.

2 — Habilitações académicas:

Bacharelato em Contabilidade e Administração, concluído em 20 de Julho de 1989, com média final de 14 valores;
 Licenciatura em Auditoria Contabilística, concluída em 8 de Março de 1995, com média final de 14 valores;
 Curso de estudos superiores especializados em Contabilidade e Administração Fiscal, concluído em 1998, com média final de 15 valores.

3 — Experiência profissional:

3.1 — Na Direcção-Geral dos Impostos:

Funcionário da DGCI desde 26 de Abril de 1982;
 Liquidador tributário e técnico tributário no período compreendido entre 1982 e 1989;
 Perito de fiscalização tributário de 1.ª classe no período compreendido entre 1989 e 1998;
 Inspector tributário principal desde 21 de Setembro de 1998;
 Chefe de divisão do Planeamento e Coordenação da ex-1.ª Direcção de Finanças de Lisboa no período compreendido entre Junho de 1999 e Outubro de 2002;
 Director de finanças-adjunto para a área do apoio técnico da ex-1.ª Direcção de Finanças de Lisboa no período compreendido entre Outubro de 2002 e Dezembro de 2002;
 Membro do Núcleo de Implementação da Reforma dos Impostos sobre o Património;
 Membro do Núcleo para a Modernização da Justiça Tributária;
 Inspector tributário assessor desde 2003;
 Formador nas seguintes áreas: contabilidade financeira e analítica, imposto sobre o valor acrescentado, imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas e impostos sobre o património;
 Trabalhos realizados: monografia sobre a indústria de alimentos compostos para animais, participação no grupo de trabalho do documento único de correcção e participação no grupo de trabalho para alteração do PEC e indicadores económicos;
 Outros: participação no Programa Fiscalis, com visita à administração fiscal dinamarquesa, participação em seminário relacionado com a problemática dos controlos multilaterais em sede do IVA — Helsínquia 2001 e delegado da Fazenda Pública na qualidade de presidente nas comissões de previstas no artigo 84.º do CPT.

3.2 — No ensino — professor na área da contabilidade financeira, contabilidade analítica e fiscalidade.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA JUSTIÇA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho conjunto n.º 790/2005. — A resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2004, de 21 de Julho, que institui o tribunal de tipo arbitral para indemnização das vítimas da Casa Pia de Lisboa, prevê no seu n.º 4 que os actos jurídicos a praticar para efeitos da boa execução da resolução revestirão a forma de despacho conjunto.

Consequentemente, foram publicados dois despachos conjuntos, o n.º 63/2005, de 19 de Janeiro, e o n.º 418/2005, de 20 de Junho.

O primeiro prevê no seu artigo 12.º que o processo regulado nos seus termos implica o pagamento de encargos pelas partes. Encargos esses que incluem os honorários, a compensação por despesas dos árbitros, os custos administrativos do processo e as despesas com a produção de prova e que serão fixados pelos árbitros na decisão final, incluindo quanto à forma da sua repartição.

O segundo determina que o tribunal fique instalado na Rua de Castilho, 24, 4.º, 1250-069 Lisboa, em instalações cedidas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Neste enquadramento importa determinar quem assume os custos administrativos do processo e as despesas com a produção de prova até à fixação do montante dos encargos e respectiva forma de repartição por parte dos árbitros na decisão final.

Assim, nos termos do n.º 4 da resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2004, de 21 de Julho, determina-se que:

1 — Até o tribunal arbitrar o montante dos encargos e respectiva forma de repartição, os custos administrativos do processo e as des-

pesas com a produção de prova serão suportados pela Casa Pia de Lisboa.

2 — Os pagamentos e devoluções a que haja lugar, designadamente o reembolso da Casa Pia de Lisboa por custos e despesas adiantados, serão liquidados de acordo com a decisão arbitral.

26 de Setembro de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 1378/2005. — O major-general José Manuel Freire Nogueira desempenhou de forma assinalável, desde Julho de 2004 até Julho de 2005, a função de co-presidente do Senior Defence Group on Proliferation (DGP) da OTAN, no âmbito da rotatividade da co-presidência europeia do grupo, que neste período coube a Portugal.

Em razão da função que lhe foi confiada, participou em várias reuniões plenárias, foi conferencista na escola da NATO, em Oberammergau, visitou uma componente do batalhão NBQ e manteve contactos estreitos com a co-presidência americana, actividades durante as quais demonstrou a sua grande competência profissional e um perfeito domínio das matérias discutidas no DGP, assim como dos mecanismos de funcionamento da Aliança Atlântica. A sua acção desde cedo granjeou grande credibilidade, bem como o respeito da comunidade do DGP em geral e dos seus colegas dos EUA em particular.

Intervindo oportuna e eficazmente nas várias reuniões, revelou-se um negociador hábil, dotado de uma invulgar capacidade de gerar consensos, qualidades que muito contribuíram para o bom êxito das actividades do DGP durante a co-presidência portuguesa.

Distinguiu-se especialmente na concepção e organização do seminário anual do DGP realizado em Lisboa em 16 e 17 de Julho, para o qual contribuiu decisivamente com o seu conhecimento, capacidade de supervisão e facilidade de contacto humano.

Tendo desempenhado esta função em acumulação, inicialmente com a de director de Administração e Mobilização de Pessoal do Exército e, posteriormente, com a de subdirector do Instituto de Defesa Nacional, o major-general José Manuel Freire Nogueira demonstrou grandes qualidades de trabalho e de liderança, enorme dedicação e capacidade para o desempenho de missões de alto nível, nomeadamente pelo uso muito competente da vasta experiência anteriormente adquirida em funções OTAN, sendo justo creditá-lo como o principal responsável pelo inegável êxito da co-presidência portuguesa do DGP, da qual resultou prestígio e bom nome para as Forças Armadas e para Portugal.

26 de Setembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Louvor n.º 1379/2005. — O coronel de infantaria Jorge Alves Ferreira desempenhou, desde Julho de 2004 até Julho de 2005, funções no âmbito da co-presidência portuguesa do Senior Defence Group on Proliferation (DGP) da OTAN, nomeadamente as de co-presidente do Steering Committee e, por uma vez, as de co-presidente do Plenário em substituição do oficial general titular da co-presidência, que não pode deslocar-se a Norfolk, onde decorreram os trabalhos.

Participou igualmente em várias reuniões de grupos de trabalho, seminários e outras reuniões, nas quais sempre se distinguiu pela correcção da sua atitude, grande competência profissional e perfeito domínio dos mecanismos de funcionamento da Aliança Atlântica, qualidades que desde cedo lhe granjearam respeito e credibilidade por parte dos seus colegas dos EUA, sentimentos que cedo se estenderam a toda a comunidade do DGP.

Intervindo oportuna e eficazmente nas várias reuniões, revelou-se um negociador hábil, dotado de uma invulgar capacidade de gerar consensos, qualidades que muito contribuíram para o bom êxito das actividades do DGP durante a co-presidência portuguesa.

Distinguiu-se especialmente na concepção e organização do seminário anual do DGP realizado em Lisboa em 16 e 17 de Julho, para o qual contribuiu decisivamente com o seu conhecimento, capacidade de organização e facilidade de contacto humano. É ao coronel Alves Ferreira que se ficam a dever não só alguns conceitos-chave do seminário Deployed Forces: Risks to Face; Tasks to Solve mas, igualmente, algumas intervenções de conferencistas nacionais que, por sua suges-

tão, apresentaram comunicações introdutórias aos cenários que muito valorizaram o seminário e contribuíram para o prestígio de Portugal.

Tendo desempenhado estas funções em acumulação com as de comandante do Regimento de Infantaria 14, numa altura em que a sua unidade preparava forças nacionais destacadas e que não deixou de visitar em teatro, o coronel Alves Ferreira demonstrou grandes qualidades de trabalho, enorme dedicação e alto sentido de responsabilidade, bem como uma invulgar capacidade para pôr em prática a vasta experiência anteriormente adquirida em funções OTAN, sendo justo creditá-lo como um dos principais responsáveis pelo inegável êxito da co-presidência portuguesa do DGP, da qual resultou prestígio e bom nome para as Forças Armadas Portuguesas e para Portugal.

26 de Setembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Louvor n.º 1380/2005. — O capitão-de-mar-e-guerra José Eduardo Goulão Marques integrou, desde Julho de 2004 até Julho de 2005, a equipa portuguesa que assegurou a co-presidência portuguesa do Senior Defence Group on Proliferation (DGP) da OTAN, tendo coadjuvado de forma permanente o coronel co-presidente do Steering Committee, bem como assegurado a necessária assessoria ao major-general co-presidente nas sessões do plenário em que foi necessária a sua colaboração.

Participou igualmente em várias reuniões de grupos de trabalho, seminários e outras reuniões, nas quais sempre se distinguiu pela correcção da sua atitude, grande competência profissional e extraordinário cuidado posto na preparação das reuniões, qualidades que muito contribuíram para o bom êxito da co-presidência portuguesa do DGP.

Face ao muito trabalho preparatório que foi necessário realizar, e não existindo os necessários meios humanos na DGPDN, foi o CMG Goulão Marques voluntário para, sem prejuízo do seu trabalho no Estado-Maior da Armada, acumular parte do trabalho naquela Direcção-Geral, demonstrando assim grande disponibilidade, espírito de bem servir e assinalável dedicação.

Distinguiu-se especialmente na organização do seminário anual do DGP realizado em Lisboa em 16 e 17 de Julho, para o qual contribuiu decisivamente com a sua capacidade de organização e extrema meticulosidade. É ao CMG Goulão Marques que, em grande medida, se fica a dever todo o conceito de organização logística do seminário, bem como a sua execução prática, onde demonstrou a exuberância e o rigor do seu planeamento e a necessária adaptabilidade na sua execução ao coordenar toda uma vasta equipa posta à disposição da co-presidência portuguesa. Nas reuniões preparatórias do seminário em Bruxelas, foi também assinalável a sua contribuição ao sugerir a tipologia de um dos incidentes que vieram a integrar o cenário do seminário «Deployed forces: Risks to face; tasks to solve».

Tendo desempenhado estas funções em acumulação com as que vinha desempenhando do antecedente, no Estado-Maior da Armada, o CMG Goulão Marques demonstrou grandes qualidades de trabalho, enorme dedicação e sentido das responsabilidades, sendo justo creditá-lo como um dos principais responsáveis pelo inegável êxito da co-presidência portuguesa do DGP, da qual resultou prestígio e bom nome para as Forças Armadas Portuguesas e para Portugal.

26 de Setembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 21 479/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo Estatuto, e encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 180 dias a comissão do capitão-de-mar-e-guerra FZ RES 127569, Silvério Teixeira Rodrigues, no desempenho das funções de director técnico do projecto n.º 6 «Força e Escola de Fuzileiros», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5 da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

29 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Rectificação n.º 1699/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 8144/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, rectifica-se que onde se lê, relativamente à promoção de Edmundo Jorge Lopes Carmo, «operário do nível 5» deve ler-se «operário do nível 4».

23 de Setembro de 2005. — O Director de Recursos Humanos, *Jaime B. Figueiredo*.

Instituto Hidrográfico

Despacho (extracto) n.º 21 480/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 27 de Setembro de 2005:

Luís Alexandre Soares Rosa, técnico superior de 1.ª classe — promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de oceanógrafo do quadro do pessoal civil do Instituto Hidrográfico, considerando-se exonerado do actual lugar a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2005. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-fragata.

Despacho (extracto) n.º 21 481/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 27 de Setembro de 2005:

Carlos Manuel Barata da Fonseca Borges, técnico superior de 1.ª classe — promovido, precedendo concurso, a técnico superior principal da carreira de químico do quadro de pessoal civil do Instituto Hidrográfico, considerando-se exonerado do actual lugar a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2005. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-fragata.

Despacho (extracto) n.º 21 482/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-almirante director-geral do Instituto Hidrográfico de 27 de Setembro de 2005:

José de Jesus Amaral Jorge, técnico profissional principal — promovido, precedendo concurso, a técnico profissional especialista da carreira de técnico profissional de electrotecnia do quadro de pessoal civil do Instituto Hidrográfico, considerando-se exonerado do actual lugar a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2005. — O Director dos Serviços de Apoio, *João Manuel Figueiredo de Passos Ramos*, capitão-de-fragata.

FORÇA AÉREA

Comando de Pessoal da Força Aérea

Direcção de Pessoal

Despacho n.º 21 483/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MARME:

SMOR MARME RES-OPfe 009053-A, Celestino Ferreira Duarte, CRMOb.

Conta esta situação desde 12 de Julho de 2005.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

12 de Julho de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Víctor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.